

PMDB e PFL não têm propostas para a Carta

BRASÍLIA — Os principais partidos do Governo, PMDB e PFL, parceiros — ainda que em disputa por espaço político — na Aliança Democrática e majoritários na Assembléia Nacional Constituinte, vão sentar-se às mesas das comissões encarregadas de elaborar a nova Constituição sem nenhuma proposta concreta ou mesmo alinhavada.

Obviamente, boa parte dos deputados e senadores constituintes tem idéias a respeito do que deseja ver inserido no texto constitucional, e grupos estão sendo formados em torno de convicções ideológicas ou interesses práticos, sem qualquer vínculo partidário. Dessa forma é que se articulam algumas frentes, como a ruralista, ligada aos produtores rurais; a religiosa, dividida entre católicos e evangélicos; a parlamentarista; a municipalista, voltada para a reforma tributária, e muitas outras de organização incipiente, quase sempre sob influência dos lobbies — grupos de pressão — de setores organizados da sociedade.

O fato é que, além da Constituição em vigor, os constituintes iniciam seus trabalhos na segunda quinzena de março com um só anteprojeto pronto para servir, ao menos, de referência. É o da Comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo jurista e Senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Essa comissão foi criticada quase sempre sob unanimidade dos políticos, que a chamavam, ironizando, de "comissão dos notáveis".

A pressão foi tanta que o Presidente Sarney, ao receber o resultado — extensos 468 artigos — dos esforços da comissão por ele criada, não o chamou de anteprojeto, o que de fato é, nem o mandou ao Congresso, limitando-se a mandar publicá-lo para ficar à disposição de consultas.

O episódio causou mágoas em Afonso Arinos, mas ele agora pode



sentir-se recompensado. Nas últimas duas semanas, os funcionários de seu gabinete distribuíram mais de 30 exemplares do anteprojeto aos constituintes, que precisam organizar suas idéias em preceitos, dispositivos e capítulos constitucionais.

A explicação para a inexistência de propostas concretas do PMDB provavelmente está na miscelânea ideológica característica do partido, integrado por "conservadores", "moderados", "progressistas" e suas subdivisões em "centro-direita", "centro-esquerda", "esquerda", "xita" e outras menos votadas. Outro fator de desagregação seria o tamanho de sua bancada, de 304 constituintes. Embora mais homogêneo, o PFL, com 130 deputados e senadores, também não se mobilizou para esboçar teses.

Os partidos pequenos foram mais ágeis. Em oito meses de reuniões, o PCB elaborou 413 artigos-teses para servir de base à sua intervenção no

processo constituinte, e o PC do B deu-se ao mesmo trabalho. O PT tem anteprojeto finalizado, elaborado pelo jurista Fábio Konder Comparato, mas ainda não o discutiu internamente — o debate está nas bases e não se sabe quando terminará — e por isso não o encampou.

Todos esses elementos dificultam, por enquanto, que se estabeleça a correlação de forças entre os que irão defender qualquer proposta em qualquer das comissões, até porque, apesar de seu perfil predominantemente de "centro", a Assembléia Nacional Constituinte encerra muitas nuances, à direita ou à esquerda. E ainda: um constituinte poderá ter posição "conservadora" em relação à reforma agrária, por exemplo, e ser "progressista" quando o tema for educação. Por enquanto, é possível apenas obter uma amostragem do que pretendem os constituintes em alguns dos capítulos que compõem a Carta.

Aborto e direito de greve dividem constituintes

BRASÍLIA — Nos temas Ordem Social e Direitos e Garantias Individuais encerram-se as grandes polêmicas que certamente mobilizarão os constituintes contra e a favor do Direito de Greve, da liberação do aborto, da ampliação dos benefícios da Previdência, da criminalização das discriminações salariais, da descentralização e unificação do sistema de saúde e de outras questões.

Na discussão do aborto, por exemplo, os constituintes ligados à Igreja, e os católicos em geral, em ampla maioria, se defrontarão com feministas que influenciam especialmente os pequenos partidos. Na primeira corrente está o Senador Affonso Camargo (PMDB-PR), que votará contra o aborto sob a garantia do Estado, "por uma questão de assegurar o direito à vida". Na linha de frente pela liberação estará a Deputada Benedita da Silva (PT-RJ), a Bené, que defende o direito da mulher de interromper a gravidez indesejada.

Quanto ao reconhecimento do Direito de Greve, ele já está expresso

no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos e boa parte dos Constituintes o defendem, ficando as diferenças de opinião entre proibir ou não a paralisação nas atividades essenciais. A solução intermediária, defendida pelo Senador Mário Covas (PMDB-SP), é a das próprias categorias profissionais desses setores essenciais decidirem como irão manter o funcionamento de serviços de emergências.

Nos dispositivos que dizem respeito à segurança social, o PT vai defender a extensão dos benefícios previdenciários a todos os trabalhadores, incluindo donas-de-casa e campesinas. Essa dispositivo já consta do anteprojeto elaborado pelo Comissão Arinos. Outra idéia que será apresentada por Bené será a do princípio constitucional da absoluta isonomia na política de emprego, considerando o crime inafiançável quaisquer discriminações de admissão ou salário por idade, sexo, estado civil, cor, credo ou convicção ideológica.

A educação pública e gratuita em todos os níveis será proposta pelo PT, PCB, PC do B e setores "pro-

Uma unanimidade, Presidente tem poder demais

BRASÍLIA — Entre os Constituintes eleitos, a maioria considera ruim o sistema do Governo atual e a principal crítica é à grande concentração de poderes nas mãos do Presidente. Este, por sua vez, é o Chefe do Governo, responsável por sua ação executiva e deve ser da confiança da Câmara dos Deputados, que pode vetar seu nome ou votar moção de censura e distituir-lo do cargo. O Presidente da República tem ainda o poder de dissolver o Congresso em situações específicas.

Parece de grande aceitação a fórmula encontrada pela Comissão Afonso Arinos, o tecnicamente chamado "dualismo de complementariedade", espécie de Presidencialismo mitigado ou, simplesmente, o Parlamentarismo misto.

A proposta, explica Arinos, baseia-se nos sistemas frances, português e alemão e pode ser resumida num Presidente forte, porque eleito pelo voto direto e maioria absoluta, com as funções de um Chefe de Estado,

comandante das Forças Armadas e com poderes para indicar seu Ministério e o Primeiro-Ministro, ou Presidente do Conselho de Ministros. Este, por sua vez, é o Chefe do Governo, responsável por sua ação executiva e deve ser da confiança da Câmara dos Deputados, que pode

vetar seu nome ou votar moção de censura e distituir-lo do cargo. O Presidente da República tem ainda o poder de dissolver o Congresso em situações específicas.

O Senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos muitos que se inclinam por essa solução, acha que essa é a única forma dos partidos se consolidarem e conquistarem estabilidade, tornando-se representativos, pois "atualmente os partidos não são canais de poder". A proposta pode levar, na opinião do Senador, a se in-

ser na Constituição mecanismos que tornem a burocracia do Estado imune às mudanças de Governo.

Na visão de empresário do Deputado Guilherme Affif Domingues (PL-SP), primeiro deve vir a institucionalização dos partidos, através de introdução dos sistema do voto distrital misto, por exemplo, para, só então, permitir o aperfeiçoamento do sistema parlamentar e, no futuro, o Parlamentarismo. Affif usa como metáfora uma corrida de Fórmula Um para respaldar sua descrença no Parlamentarismo à brasileira.

Em outros países, a queda do Primeiro Ministro significa que o carro vai parar no box para trocar o pneu. Aqui, se o carro parar, terá que trocar pneu, motor, carburador e até o chassi.

Economia será tema polêmico

BRASÍLIA — Certamente, a comissão que tratará do capítulo "Ordem Econômica" será uma das mais efervescentes da Constituinte. Nela, discutirão a nova estrutura da economia representantes de correntes ideológicas tão antagonistas quanto podem ser, por exemplo, o ex-Ministro Delfim Netto e o comunista Roberto Freire.

Delfim Netto (PDS-SP) vai defender a organização da economia em torno das leis de mercado, com a redução máxima da intervenção do Estado. O Senador Roberto Campos (MT) quer a desestatização absoluta e a garantia da livre iniciativa, posição que seus opositores qualificam de "capitalismo selvagem". O Senador Jarbas Passarinho admite que o Estado controle apenas algumas grandes empresas.

Já o PCB vai defender ideia oposta: estatização do setor financeiro e monopólio estatal do transporte coletivo, telefonia, energia elétrica, gás e comunicações.

O Senador peemedebista Affonso Camargo (PR), quer que seja expresso o respeito à iniciativa privada, mas pretende um dispositivo constitucional que seja maleável, permitindo a ação do Estado.

No PDT, o Deputado César Maia (RJ) defende que os meios de produção sejam auto-geridos ou co-geridos pela população através, por exemplo, de associações comunitárias.